

STJ00115715

GUSTAVO OSNA  
MAYARA ROTH ISFER OSNA  
**ORGANIZADORES**

# **DIREITO EMPRESARIAL EM PERSPECTIVA**

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR  
EDSON ISFER

Londrina/PR  
2022

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

**Direito Empresarial em Perspectiva -  
Estudos em Homenagem ao Professor  
Edson Isfer / organizadores: Gustavo  
Osna, Mayara Roth Isfer Osna. -  
Londrina, PR: Thoth, 2022.**

330 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-356-9

1. Direito Empresarial. 2. Direito Societário.  
3. Direito Recuperacional. I. Osna,  
Gustavo. 2. Osna, Mayara Roth Isfer.

CDD 346.07

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** os autores

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Empresarial : 346.07

1227775

**Conselho Editorial (Gestão 2022)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •  
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.  
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel  
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.  
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme  
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves  
Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da  
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.  
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.  
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

ORGANIZADORES .....	7
AUTORES .....	9
NOTA DE HOMENAGEM .....	15
PREFÁCIO .....	17
APRESENTAÇÃO .....	21

## CAPÍTULO 1

**Alfredo de Assis Gonçalves Neto**

**Maria Eduarda Ferreira Piccoli**

IMPACTOS DA LEI 14.195/2021 NA FALTA DE PLURALIDADE DE SÓCIOS .....	31
---	----

Introdução .....	31
------------------	----

1 A falta de pluralidade de sócios para além da sociedade limitada unipessoal..	32
---	----

2 O regramento da empresa individual de responsabilidade limitada .....	35
---	----

3 A convivência da sociedade limitada unipessoal com a empresa individual de responsabilidade limitada .....	38
--	----

Conclusão .....	41
-----------------	----

Referências bibliográficas .....	41
----------------------------------	----

## CAPÍTULO 2

**Arthur Sandro Golombieski Ferreira**

A IMPORTÂNCIA DO CORRETO ENCERRAMENTO DA SOCIEDADE PARA EVITAR A RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL PELOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: REFLEXÕES ACERCA DO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	43
---	----

Introdução .....	43
------------------	----

1 Dissolução ( <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> ), liquidação, partilha e extinção da sociedade empresária .....	44
--	----

2 Alcance do termo dissolução irregular na ótica do STJ para fins de	
--	--

responsabilização pessoal do gestor pelo passivo tributário .....	48
3 Sujeitos responsáveis pela dívida tributária na dissolução irregular e alternativas viáveis para mitigar o risco de responsabilização.....	52
Conclusão.....	55
Referências bibliográficas.....	56

### **CAPÍTULO 3**

**Assione Santos**

**Luis Miguel Roa Florentin**

REFLEXÕES PROCESSUAIS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL A PARTIR DO RECURSO ESPECIAL N. 1.655.705 – SP: O JULGADO DOS CREDORES CONCURSAIS NÃO HABILITADOS.....	57
--	----

Agradecimento .....	57
---------------------	----

Introdução.....	58
-----------------	----

1 A finalidade da lei de recuperação judicial e o direito material tutelado .....	59
---	----

2 Análise do entendimento do STJ sobre os credores concursais não habilitados.	63
--	----

2.1 Recurso Especial nº 1.655.705 – SP: o julgado dos credores concursais não habilitados .....	65
---	----

3 Novo entendimento, novos problemas .....	68
--	----

3.1 Legitimidade ativa da devedora para habilitação de créditos .....	69
---	----

3.2 Coisa julgada e decisão sobre a natureza do crédito emitida pelo juízo da execução .....	70
--	----

Conclusão.....	72
----------------	----

Referências bibliográficas .....	73
----------------------------------	----

### **CAPÍTULO 4**

**Carlos Eduardo Manfredini Hapner**

DO PESCOÇO PRÁ BAIXO É CANELA.....	75
------------------------------------	----

### **CAPÍTULO 5**

**Carlos Joaquim de Oliveira Franco**

**Luisa Doria de Oliveira Franco**

O VOTO PLURAL NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS: A MODIFICAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº 14.195/2021 NA DISCIPLINA DO DIREITO DE VOTO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS.....	85
--	----

Introdução.....	85
-----------------	----

1 O voto plural e a mitigação do princípio do “one share one vote” .....	87
--	----

2 A adoção do voto plural pela Lei nº 14.195/2021.....	92
--	----

3 Avanços e desafios trazidos pela mudança legislativa .....	94
--	----

Conclusão .....	98
-----------------	----

Referências bibliográficas.....	100
---------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 6**

**Egon Bockmann Moreira**

NOTAS SOBRE AS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES, SEU EXERCÍCIO E A LINDB.....	103
---	-----

Introdução.....	103
-----------------	-----

1 Fundamento jurídico e sentido da consagração legislativa de prerrogativas da administração.....	104
---	-----

2 Prerrogativas da administração e a lei de introdução às normas do direito brasileiro – LINDB.....	106
---	-----

3 Modificação unilateral.....	108
-------------------------------	-----

4 Sentido da prerrogativa de modificação unilateral.....	110
--	-----

5 Limites do poder de modificação unilateral.....	111
---	-----

6 Conseqüências do exercício do poder de modificação.....	112
---	-----

7 Extinção unilateral.....	112
----------------------------	-----

8 Fiscalização da execução do contrato.....	113
---	-----

9 Aplicação de sanções contratuais.....	114
---	-----

10 Ocupação de bens e utilização de pessoal e de serviços vinculados ao contrato.....	115
---	-----

11 Outras prerrogativas da administração: ordem de suspensão da execução do contrato.....	116
---	-----

Conclusão.....	116
----------------	-----

Referências bibliográficas.....	117
---------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 7**

**Fábio Tokars**

CONCEITO JURÍDICO DE EMPRESA.....	119
-----------------------------------	-----

1 Conceito tradicional de empresa.....	119
--	-----

2 Conceito proposto.....	123
--------------------------	-----

3 O risco.....	125
----------------	-----

4 O duplo resultado econômico.....	127
------------------------------------	-----

5 Aplicação do conceito proposto.....	130
---------------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 8**

**Gustavo Osna**

A NÃO-INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA – ESTÍMULO À LITIGÂNCIA FRÍVOLA?.....	133
--	-----

Introdução.....	133
-----------------	-----

1 Desconsideração de personalidade jurídica e processo civil: algumas aproximações .....	134
1.1 A Temática da Desconsideração em Perspectiva .....	134
1.2 A desconsideração e o Processo Civil .....	138
2 Honorários sucumbenciais e incidente de desconsideração – posição e consequências .....	141
2.1 Há incidência de honorários sucumbenciais no incidente de desconsideração?.....	141
2.2 Processo e realidade: a postura jurisprudencial como convite à aventura..	144
Conclusão.....	148
Referências bibliográficas .....	149

## **CAPÍTULO 9**

**Henrique Roth Isfer**

**Maria Fernanda Mouchbahani Peralta**

A SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL: CONTEXTO, INOVAÇÕES E PROBLEMAS PRÁTICOS.....	151
Uma singela homenagem.....	151
Introdução.....	152
1 Estrutura societária e governança corporativa .....	153
2 Captação de recursos e organização do passivo.....	161
3 Regime de tributação específica do futebol .....	164
3.1 Forma de recolhimento e obrigações acessórias na SAF .....	166
3.2 SAF e o devido planejamento fiscal.....	168
Conclusão.....	170
Referências bibliográficas .....	171

## **CAPÍTULO 10**

**Luiz Daniel Haj Mussi**

SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL.....	173
Uma justa homenagem.....	173
1 Colocação do tema .....	174
2 Unipessoalidade originária e derivada.....	175
3 Regime jurídico aplicável à sociedade limitada unipessoal .....	176
4 Sociedade limitada unipessoal simples e empresária. Possibilidade .....	178
5 O sócio único .....	180
6 Os requisitos para constituição.....	180
7 Disciplina do nome empresarial .....	181
8 O capital social .....	183
9 Regra de responsabilidade do sócio único .....	185

10 Decisões do sócio único.....	186
11 A administração da sociedade limitada unipessoal.....	189
Referências bibliográficas.....	190

## **CAPÍTULO 11**

**Luiz Guilherme Marinoni**

**Sérgio Cruz Arenhart**

EXTENSÃO SUBJETIVA DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA EM AÇÕES SOCIETÁRIAS.....	193
1 Esboço da questão.....	193
2 A prevalente orientação doutrinária e jurisprudencial sobre a questão.....	195
3 Um caso de tutela coletiva? .....	198
4 Representação adequada dos interesses dos ausentes.....	204
Conclusão .....	214
Referências bibliográficas.....	215

## **CAPÍTULO 12**

**Marçal Justen Filho**

**Juliane Erthal de Carvalho**

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO DA LICITAÇÃO OU DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	219
Introdução .....	219
1 Sociedade em conta de participação .....	219
2 Sociedade dita “oculta” .....	221
3 A formalização da SCP .....	221
3.1 A posição do sócio participante.....	221
4 A ausência de relevância externa.....	222
5 Outras atuações do sócio participante.....	222
6 Atividades do sócio participante .....	222
7 Atividade remunerada do sócio participante.....	223
8 A constituição de SCP no curso da licitação .....	223
8.1 Qualificação econômico-financeira.....	223
9 A constituição de SCP para execução do contrato administrativo .....	224
9.1 Os recursos financeiros necessários .....	224
9.2 A obtenção de capital de risco.....	224
9.3 A ausência de competência estatal para interferir na estrutura financeira do contratado .....	224
10 A prática difundida de utilização da scp nas licitações .....	225
10.1 O entendimento do TCU .....	225

10.2 A dimensão financeira do ajuste .....	226
10.3 A constituição de sociedade com licitante inabilitado .....	226
10.4 Ausência de fraude à licitação.....	226
11 Distinção entre SCP e subcontratação.....	226
11.1 A pluralidade de vínculos contratuais.....	227
11.2 Os efeitos da subcontratação .....	227
12 Distinção entre SCP e consórcio .....	228
12.1 A atuação conjunta dos consorciados.....	228
12.2 A ausência de interferência do sócio oculto na SCP.....	228
13 Dissolução da SCP e desligamento de sócios .....	228
Conclusão .....	229
Referências bibliográficas .....	230

## **CAPÍTULO 13**

**Marcia Carla Pereira Ribeiro**

**Giovani Ribeiro Rodrigues Alves**

**Mateus Dambiski Cecy**

O ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: CARACTERIZAÇÃO E RACIONALIDADE..... 231

Introdução..... 231

1 Um negócio, vários contratos .....
 234 |

2 A racionalidade do ACC na recuperação judicial..... 235

3 Caso concreto..... 239

Conclusão..... 244

Referências bibliográficas..... 245

## **CAPÍTULO 14**

**Marcos Wachowicz**

BREVES REFLEXÕES SOBRE O ATIVIDADE EMPRESARIAL NA SOCIEDADE INFORMACIONAL: TENSÕES ENTRE A LIVRE INICIATIVA, A LIBERDADE DE CONCORRÊNCIA E A PATENTEABILIDADE DO SOFTWARE .....
 247 |

Introdução..... 247

1 O impacto da tecnologia da informação na atividade empresarial .....
 248 |

2 A liberdade de iniciativa e de livre concorrência empresarial na internet..... 252

3 Os limites da patenteabilidade relacionados ao *software* .....
 256 |

Conclusão..... 257

Referências bibliográficas..... 257



**CAPÍTULO 15****Marcus Vinicius Tadeu Pereira****Juliane Machado da Fonseca Nascimento****SUCESSÃO DE QUOTAS DE SÓCIO FALECIDO DE SOCIEDADE LIMITADA, NO ÂMBITO DO REGISTRO EMPRESARIAL..... 259**

Introdução.....	259
1 Contexto para o tema e panorama legislativo atual.....	260
2 Normas de registro para falecimento de sócio na sociedade limitada.....	265
3 Normas atuais e a IN/112/2021/DREI.....	269
4 Hipóteses excetuadas.....	279
5 Sugestão de alteração da norma.....	280
Conclusão.....	281
Referências bibliográficas.....	282

**CAPÍTULO 16****Maurício de Paula Soares Guimarães****Rafael Martins Bordinhão****REFLEXOS DO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS..... 283**

Breve homenagem.....	283
Introdução.....	285
1 Contagem dos prazos em dias úteis.....	286
2 A aparente irrecorribilidade das decisões interlocutórias em processos de recuperação judicial e de falência.....	292
3 Inexistência de previsão de cabimento de agravo de instrumento face a decisões interlocutórias referentes à definição de competência.....	297
Conclusão.....	299
Referências bibliográficas.....	299

**CAPÍTULO 17****Mayara Roth Isfer Osna****RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL, EXTRACONCURSALIDADE E O (IRREMEDIÁVEL) LIMBO..... 301**

Introdução.....	301
1 Enquadramento do produtor rural no regime recuperacional: primeiros apontamentos.....	302
2 Créditos legalmente excluídos: primeiros problemas.....	307
3 O (não) tratamento dos créditos extraconcursais de produtores rurais: o limbo remanesce.....	311
Conclusão.....	315

Referências bibliográficas.....	316
---------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 18**

**Rodrigo Xavier Leonardo**

A ARBITRAGEM NAS ASSOCIAÇÕES.....	319
Introdução.....	319
1 A natureza jurídica das associações.....	320
2 A cláusula compromissória nos estatutos das associações.....	322
3 As associações e a arbitragem.....	325
Referências bibliográficas.....	328